

“O PL 31 É REFLEXO DA VISÃO COLONIAL, NEO-DESENVOLVIMENTISTA”



Durante a concentração do ato “Mobilização Indígena e Quilombola contra o PL 31” na Praça da Matriz, em Porto Alegre, conversamos com o Onir Araújo, advogado e militante da Frente Quilombola. Onir falou sobre as violações de direitos que sofrem os povos originários e o povo negro devido a financerização da natureza e sobre como o Estado é capturado pelos interesses das corporações ou de algumas famílias brancas.



O PL 31 propõe que “as terras dos agricultores e empreendedores familiares detentores de propriedades de até quatro módulos fiscais e dos pecuaristas familiares detentores de propriedades de até 300 hectares, não serão objeto de demarcação para fins de formação de territórios indígenas e quilombolas”. Além disso, determina que, quando demarcações forem realizadas em áreas de agricultura e pecuária familiar, “deverão acontecer de forma descontínua de modo a preservar os limites e o direito de propriedade dos agricultores, empreendedores familiares e pecuaristas”.

“Eles alegam que o PL 31 está defendendo o direito dos pequenos proprietários rurais, mas em nenhum momento questionam o latifúndio”. Onir Araújo



Foto de Douglas Freitas/Amigos da Terra Brasil

Segundo Onir Araújo, “eles alegam que o PL 31 está defendendo o direito dos pequenos proprietários rurais, mas em nenhum momento questionam o latifúndio”. Para o Amigos da Terra Brasil, é mais um caso em que o Estado põe os de baixo (no caso, agricultores familiares, quilombolas e indígenas) em enfrentamento, sem por em questão o poder dos grandes latifundiários e a ação das transnacionais. Segundo informações do Ministério do Meio Ambiente, 90% dos 5,6 milhões de imóveis rurais a serem registrados no Cadastro Ambiental Rural são pequenas propriedades. Elas ocupam cerca de um quinto das terras do Brasil. O PL 31 tem autoria do deputado Elton Weber (PSB), que também foi o relator da subcomissão que pretendia atualizar o Código Florestal do Rio Grande do Sul, em maio deste ano. No final daquele mês, no Quartas Temáticas,

Além do repúdio ao PL 31, a mobilização foi contra a PEC 215, que a nível federal, busca modificar a Constituição para transferir o poder de demarcação de terras indígenas, quilombolas e de conservação do Poder Executivo para o Legislativo, onde predominam os interesses da bancada ruralistas. Também lutam contra o marco temporal, interpretação jurídica que considera como áreas demarcáveis apenas aquelas



Como resistência dos povos, aqui no Rio Grande do Sul a gente já vem em uma caminhada conjunta. Em Porto Alegre já tem uns seis anos. É uma caminhada que não só diz respeito aos quilombolas e aos indígenas. Isso diz respeito a que tipo de nação nós queremos para os nossos filhos, para os nossos netos. Qual o modelo de desenvolvimento que se quer, qual o modelo de país que a gente quer viver? É isso que está em jogo, não está em jogo meramente uma terra. O que está em jogo é toda a sociedade brasileira, o que se entende por um país pluriétnico. Se trata de um controle praticamente exclusivo dos